



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA GERAL

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO LIMITADO POR CONVITE N.º 02/DCP/SG/MINFIN/2024.

**CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE 09 (NOVE) VIATURAS PARA
OS SERVIÇOS GERAIS DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS.**

Luanda, Março de 2024.

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I - Disposições Gerais	4
Cláusula 1. ^a - Definições	4
Cláusula 2. ^a - Objecto	4
Cláusula 3. ^a - Contrato e Prevalência	5
Cláusula 4. ^a - Prazo de Vigência	5
Capítulo II - Obrigações Contratuais das Partes	6
Cláusula 5. ^a - Obrigações da Entidade Pública Contratante	6
Cláusula 6. ^a - Obrigações do Fornecedor	6
Cláusula 7. ^a – Local de Entrega das Viaturas	9
Cláusula 8. ^a - Conformidade e Operacionalidade das Viaturas	9
Cláusula 9. ^a -Inspeção e Testes das Viaturas	9
Cláusula 10. ^a - Defeitos ou Discrepâncias das Viaturas a Serem Entregues	10
Cláusula 11. ^a - Aceitação das Viaturas	10
Cláusula 12. ^a - Assistência Técnica e Manutenção	11
Cláusula 13. ^a – Garantia Técnica	11
Cláusula 14. ^a – Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações	13
Cláusula 15. ^a - Modos de Prestação da Caução	13
PARTE II - CLÁUSULAS FINANCEIRAS E TÉCNICAS	14
Capítulo III - Das Garantias	14
Cláusula 8. ^a - Preço do Contrato	14
Cláusula 16. ^a – Preço e Condições de Pagamento	14
Cláusula 17. ^a - Preço e Condições de Pagamento	14
Cláusula 18. ^a - Cabimentação Orçamental	15
Cláusula 19. ^a - Fiscalização	15
PARTE III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	16
Capítulo V - Das Penalidades	16
Cláusula 20. ^a - Atrasos e Penalidades	16



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA GERAL

Cláusula 21.^a - Casos Fortuitos ou de Força Maior e Factos Imputáveis a Terceiros	16
Cláusula 22.^a - Rescisão Contratual por Parte do Primeiro Contratante	17
Cláusula 23.^a - Resolução por Parte do Fornecedor	18
Capítulo VI - Resolução de Litígios	18
Cláusula 24.^a - Resolução Extrajudicial	18
Cláusula 25.^a - Foro Competente	19
Cláusula 26.^a - Cessão da Posição Contratual	19
Cláusula 27.^a - Subcontratação	19
Cláusula 28.^a - Outros Encargos	19
Cláusula 29.^a - Modificações	20
Cláusula 30.^a - Alteração de Circunstâncias	20
Cláusula 31.^a - Comunicações e Notificações	20
Cláusula 32.^a - Contagem dos Prazos	21
Cláusula 33.^a - Legislação Aplicável	21
Cláusula 34.^a - Data de Entrada em Vigor	21



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA GERAL

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.^a - Definições

1. Nos documentos do procedimento e do Contrato, as palavras e expressões seguintes têm o significado que neste parágrafo se lhes atribui, salvo quando o contexto impuser diferente raciocínio, nomeadamente:

- a. **Entidade Pública Contratante (EPC):** Ministério das Finanças (MINFIN), Serviço da Administração Central do Estado responsável pela gestão das Finanças Públicas;
- b. **Fornecedor:** Sociedade comercial ou o comerciante a quem a EPC adjudica a proposta para o Fornecimento de 9 (Nove) Viaturas para os Serviços Gerais do Ministério das Finanças;
- c. **Contrato:** O acordo assinado pela EPC e o Fornecedor onde estipulam as condições e deveres entre ambos para o Fornecimento de 9 (nove) Viaturas para os Serviços Gerais do Ministério das Finanças.
- d. **Preço:** A quantia monetária total a ser paga ao Fornecedor, mediante o Contrato, pelo fornecimento, previsto no Presente Caderno de Encargos;
- e. **Pessoal:** A pessoa ou pessoas ao serviço do Fornecedor;
- f. **Parte (s):** Sempre que iniciado em letra maiúscula, significa a Entidade Pública Contratante ou Prestador de Serviços, quando referidas individualmente ou em conjunto.

Cláusula 2.^a - Objecto

- 1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de Procedimento de Concurso Limitado Por Convite, com vista a Aquisição de 9 (nove) Viaturas para os Serviços Gerais do Ministério das Finanças, conforme mapa das especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos.

2. A assinatura do Contrato não confere ao Fornecedor qualquer direito de exclusividade para o fornecimento aqui referidos.

Cláusula 3.^a - Contrato e Prevalência

1. O Contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado por escrito.
2. O Contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
3. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os esclarecimentos e as rectificações ao Caderno de Encargos, prestados pela EPC;
 - b. A proposta adjudicada; e
 - c. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, e aceites pela EPC.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 da presente cláusula e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos tenham sido aceites pelo Prestador.

Cláusula 4.^a - Prazo de Vigência

1. O Contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens à Entidade Pública Contratante em conformidade com os respectivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. Em todos os casos, o prazo para o fornecimento dos veículos não pode ser superior a 30 (Trinta) dias incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objecto.

Capítulo II - Obrigações Contratuais das Partes

Cláusula 5.^a - Obrigações da Entidade Pública Contratante

1. Pelo fornecimento dos bens objecto do Contrato, a Entidade Pública Contratante tem as seguintes obrigações:
 - a. Criar as condições adequadas para a recepção dos bens;
 - b. Pagar ao Fornecedor o preço nos termos e condições estabelecidos no Contrato a celebrar;
 - c. Fornecer todas as informações necessárias à boa execução ao abrigo do presente Caderno de Encargos;
 - d. Efectuar os pagamentos na moeda legal em curso na República de Angola;
 - e. Incluir no pagamento quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes, relativos a execução do Contrato; e
 - f. Pagar o preço no prazo de até 30 dias após a recepção das respectivas facturas;
2. Não sendo observado o prazo estabelecido na alínea d) do número anterior, considera-se que a respectiva prestação só se vence nos 30 dias subsequentes à recepção da factura.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Pública Contratante, quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao Fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e aceites pela EPC, as facturas devem ser pagas nos termos e prazos legalmente estabelecidos.

Cláusula 6.^a - Obrigações do Fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o Fornecedor tem as seguintes obrigações:



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA GERAL

- a. Assumir por sua conta e risco todas as despesas e/ou custos inerentes à execução do Contrato;
- b. Entregar os veículos identificados no Caderno de Encargos e na Proposta, zero quilómetros de rodagem e livres de quaisquer ónus ou encargos;
- c. Entregar toda a documentação técnica e legal respeitante aos veículos automóveis a fornecer;
- d. Controlar as condições de qualidade e segurança dos veículos automóveis a fornecer;
- e. Assegurar a validade da garantia dos veículos;
- f. Comunicar à Entidade Contratante sobre qualquer alteração que possa comprometer a sua capacidade de fornecimento e, conseqüentemente, de plena execução do Contrato a celebrar.
- g. Entregar à Entidade Contratante os documentos que titulam a garantia prestada pelo fabricante em relação aos Bens;
- h. Substituir os Veículos que nos seis (6) meses de uso a contar da data de entrega se afigurarem inoperantes e assumir todos os custos decorrentes desta substituição.
- i. Reparar os bens que depois de decorridos os Oito (8) meses iniciais de entrega se afigurarem inoperantes.
- j. O disposto na alínea i) da presente cláusula não prejudica o acionamento da garantia caso esta assegurar melhor os direitos da EPC.
- k. Dar informação técnica dos veículos aos funcionários ou técnicos da Entidade Pública Contratante ou a seu serviço, sobre a sua utilização, funcionamento e manutenção;

- l. Responder perante a Entidade Pública Contratante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objecto do Contrato;
- m. Proceder ao pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do Contrato;
- n. Fornecer os bens de acordo ao presente Caderno de Encargos e especificações técnicas
- o. Conservar toda a informação não devendo ser transmitida a terceiros, nem vir a ser objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do Contrato;
- p. Proteger a informação confidencial de modo adequado ou de acordo com os requisitos profissionais aplicáveis e não utilizar, em circunstância alguma, os dados e informações fornecidos pela EPC, para quaisquer fins que não os inerentes ao desenvolvimento e execução do Contrato;
- q. Comunicar antecipada e justificadamente à Entidade Pública Contratante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- r. Comunicar de imediato à Entidade Pública Contratante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afectar o cumprimento integral das suas obrigações;
- s. Destruir e/ou devolver à Entidade Pública Contratante, no prazo 30 (trinta) dias úteis a contar do termo do Contrato, todos os dados e informações confidenciais que tenham, por qualquer forma, advindo ao seu conhecimento com vista à prestação dos serviços.

Cláusula 7.^a – Local de Entrega das Viaturas

- 1- As Viaturas devem ser entregues no Ministério das Finanças, localizado na cidade de Luanda, Largo da Mutamba Província de Luanda.
- 2- O Fornecedor obriga-se a disponibilizar, com a entrega dos bens objecto do Contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento.
- 3- Com a entrega das Viaturas dá-se a transferência da posse e propriedade para a Entidade Pública Contratante, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Fornecedor.
- 4- Todas as despesas e custos decorrentes do transporte das viaturas para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 8.^a- Conformidade e Operacionalidade das Viaturas

- 1- O Fornecedor compromete-se a entregar as Viaturas objecto do Contrato com as características, especificações e requisitos técnicos exigidos pela Entidade Pública Contratante.
- 2- As Viaturas devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam, e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3- O Fornecedor é responsável perante a Entidade Pública Contratante por qualquer defeito ou discrepância das Viaturas objecto do Contrato.

Cláusula 9.^a-Inspeção e Testes das Viaturas

- 1- Após a entrega das Viaturas, a Entidade Pública Contratante procede, no prazo de quinze (15) dias, à inspecção das mesmas, com vista a verificar se os mesmos

correspondem às características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta.

- 2- Durante a fase de testes, o Fornecedor deve prestar todos os esclarecimentos necessários para o efeito.

Cláusula 10.^a- Defeitos ou Discrepâncias das Viaturas a Serem Entregues

- 1- Caso as Viaturas objecto do Contrato não se encontrem em conformidade com a proposta apresentada ou possuam defeitos, a Entidade Pública Contratante comunica, por escrito, tais defeitos e discrepâncias ao Fornecedor.
- 2- Nos termos do disposto no número anterior, o Fornecedor procederá, à sua custa e no prazo que for determinado pela Entidade Pública Contratante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade e cumprimento das exigências legais, características, especificações e requisitos técnicos acordados.
- 3- Após a realização das reparações ou substituições, a Entidade Pública Contratante procederá à realização de novos testes.

Cláusula 11.^a- Aceitação das Viaturas

- 1- Caso os Viaturas estejam conformes, e neles não sejam detectados defeitos ou discrepâncias, no prazo máximo de quinze (15) dias, a Entidade Pública Contratante e o Fornecedor assinam um auto de recepção.
- 2- Com a assinatura do auto de recepção, ocorre a transferência da posse e da propriedade das Viaturas para a Entidade Pública Contratante.
- 3- A assinatura do auto não implica a aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias das Viaturas objecto do Contrato.

Cláusula 12.^a - Assistência Técnica e Manutenção

- 1- O custo resultante da 1ª revisão deverá ser suportado pelo Fornecedor, no âmbito do prazo de garantia indicado pela Entidade Adjudicante.
- 2- O Fornecedor obriga-se a fornecer as peças e acessórios, praticando as margens de desconto normalmente concedidas aos clientes com frota.
- 3- O fornecedor obriga-se a apresentar uma proposta detalhada de manutenção, a vigorar durante e após o termo do prazo de garantia por si proposto, incluindo a reparação das respectivas avarias, defeitos, inoperacionalidade ou danos resultantes de sinistros, de acordo com os preços de deslocações, material, mão-de-obra e demais condições constantes da proposta de contrato de manutenção que venha a apresentar à Entidade Pública Contratante.
- 4- Para efeitos do número anterior, a proposta detalhada deve conter, entre outros:
 - a) O prazo de execução dos serviços de manutenção preventiva;
 - b) O prazo de execução dos serviços de manutenção correctiva;
 - c) O valor da mão-de-obra por hora/homem;
 - d) Desconto a ser aplicado sobre o preço das peças;
- 5- A aceitação, pela Entidade Pública Contratante, das condições contratuais propostas pelo adjudicatário nos termos previstos no número anterior é totalmente livre, não estando incluído no contrato resultante do presente concurso

Cláusula 13.^a – Garantia Técnica

- 1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de e das garantias a ela relativas, o Fornecedor garante as viaturas objecto do Contrato, pelo prazo constante da proposta a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respectiva aceitação do bem.

2- A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) A disponibilização de oficinas e centros de reparação automóvel;
- b) O fornecimento, a montagem ou integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) A substituição das Viaturas;
- e) O transporte das Viaturas e peças defeituosas ou discrepantes para o local da sua reparação, e a devolução dos mesmos já reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local de entrega das Viaturas; e
- g) A mão-de-obra.

3- A reparação ou substituição previstas nos números anteriores devem ser realizadas dentro de um prazo de dois dias úteis.

4- Durante o prazo de garantia o Fornecedor é obrigado a proceder, imediatamente, e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos, e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos bens nas condições previstas para os quais foram concebidos.

5- Durante o prazo de garantia o custo de mão-de-obra e deslocações, referentes às revisões, é suportado pelo Fornecedor, mesmo nos casos do custo da mão-de-obra das peças ou de outros materiais indicados no ponto anterior.

6- O fornecimento de peças e acessórios para o equipamento objecto deste concurso, será efectuado pelo Fornecedor, ficando a cargo deste os portes ou outros custos de transporte.

- 7- Quando houver necessidade de efectuar reparações, revisões ou outra qualquer intervenção no equipamento, em que seja necessário deslocar a viatura para as oficinas do reparador, os custos e todas as operações necessárias ao seu transporte, incluindo motorista serão asseguradas pelo Fornecedor.
- 8- O Fornecedor assegura igualmente a continuidade do fornecimento das peças, componentes e equipamentos que integram as viaturas objecto do Contrato pelo prazo de cinco (5) anos a contar da data da assinatura do auto de recepção.
- 9- São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de mau uso, de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, acção de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

Cláusula 14.^a – Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações

- 1- Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o Fornecedor deve prestar uma caução no valor de 10% (dez) do valor do Contrato.
- 2- A Entidade Pública Contratante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré contratuais, pelo Fornecedor.
- 3- A caução será devolvida nos termos da Lei dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.^a - Modos de Prestação da Caução

- 1- A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou por garantia bancária, conforme escolha do Fornecedor, e aceites pela Entidade Pública Contratante.
- 2- Todas as despesas derivadas da prestação da caução é da responsabilidade do Fornecedor.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA GERAL

PARTE II - CLÁUSULAS FINANCEIRAS E TÉCNICAS

Capítulo III - Das Garantias

Cláusula 8.^a - Preço do Contrato

Cláusula 16.^a – Preço e Condições de Pagamento

- 1- O preço a ser estipulado no Contrato abrange a globalidade do fornecimento das viaturas e será de acordo com a proposta adjudicada.
- 2- No preço estão incluídos todas as obrigações fiscais e outros encargos decorrentes do Contrato até que os veículos sejam entregues a Entidade Pública Contratante.
- 3- Caso se verifiquem modificações significativas no contrato, as Partes devem:
 - a. acordar por escrito os devidos ajustamentos no âmbito do fornecimento, para que o valor do Contrato se mantenha;
 - b. modificar o valor do contrato, em conformidade com a legislação em vigor;
 - c. celebrar adendas até ao valor máximo definido pela legislação aplicável (15% do valor do Contrato).

Cláusula 17.^a - Preço e Condições de Pagamento

- 4- O pagamento do valor estipulado no Contrato será feito em Kwanzas, obedecendo ao seguinte parcelamento:
 - a) Quinze por cento (15%) da totalidade do preço após a assinatura do Contrato;
 - b) Sessenta por cento (60%) da totalidade do preço, com a entrega das viaturas; e
 - c) Vinte e Cinco por cento (25%) da totalidade do preço, após à inspeção, com vista a verificar se as viaturas correspondem às características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta.

- 5- O Adjudicatário enviará à Entidade Pública Contratante nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do mês, as facturas referentes aos pagamentos a efectuar conforme o número anterior.
- 6- O pagamento das facturas deverá ser efectuado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação.
- 7- As despesas originadas por transferências bancárias e cobradas pelo banco sacado são suportadas pela Entidade Pública Contratante; as despesas cobradas pelo banco do beneficiário dessa transferência são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 18.ª - Cabimentação Orçamental

1. Nos termos da legislação sobre a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), o valor global da aquisição a ser feita será garantido pela verba inscrita no OGE de 2024, conforme o seguinte detalhe:
 - a. Unidade Orçamental (UO): Ministério das Finanças;
 - b. Órgão Dependente (OD): Ministério das Finanças;
 - c. Função: Assuntos Financeiros e Fiscais;
 - d. Programa: Acções Correntes;
 - e. Fonte de Recursos: Recursos Ordinários do Tesouro;
 - f. Natureza: Meios e Equipamentos de Transportes.
2. O Fornecedor antes de iniciar a execução do Contrato deve exigir a sua via da Nota de Cabimentação Global.

Cláusula 19.ª - Fiscalização

1. Sem prejuízo das tarefas cometidas ao representante da Entidade Pública Contratante, esta pode designar uma pessoa, singular ou colectiva, com qualificações técnicas suficientes, para fiscalizar os serviços a prestar, de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos.

2. A Entidade Pública Contratante deve informar ao Fornecedor, por escrito, sobre a autoridade, responsabilidade, procedimentos de trabalhos e âmbito da supervisão do Fiscal em causa. O custo da fiscalização não se vai incluir no valor total do Contrato e deve ser suportado pela Entidade Pública Contratante.

PARTE III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Capítulo V - Das Penalidades

Cláusula 20.^a - Atrasos e Penalidades

1. Se o Fornecedor não entregar o objecto do contrato a celebrar no prazo estabelecido, acrescido das prorrogações graciosas ou legais, poderá ser-lhe aplicada a seguinte multa contratual diária:
 - a) Um por mil do valor da adjudicação, por cada dia de atraso;
 - b) Em cada período subsequente de igual duração, a multa sofre um aumento de 0,5 por mil, até atingir o máximo de cinco por mil sem, contudo, e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor da adjudicação.
2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do Fornecedor, a EPC pode exigir o pagamento de uma indemnização.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a EPC terá em conta a duração da infracção, a sua reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.

Cláusula 21.^a - Casos Fortuitos ou de Força Maior e Factos Imputáveis a Terceiros

1. Os danos causados nos Serviços por caso fortuito ou de força maior não são imputáveis a quaisquer uma das Partes.
2. Para os efeitos do número anterior, são considerados casos fortuitos ou de força maior os actos de guerra ou subversão, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raios, inundações, greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, que impeçam o cumprimento do Contrato.

3. Se o Fornecedor invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar, no prazo de 5 dias, tais situações à EPC.
4. Sempre que o Fornecedor sofra atrasos na execução dos trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 5 dias a contar da data em que toma conhecimento da ocorrência, informar a Entidade Pública Contratante, para esta tomar as providências que estejam ao seu alcance.

Cláusula 22.^a - Rescisão Contratual por Parte do Primeiro Contratante

1. Sem prejuízo de outros casos de grave violação das obrigações assumidas pelo Fornecedor, a EPC pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Fornecedor;
 - b. Incumprimento grave ou reiterado, por parte do Fornecedor, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na presente lei ou no contrato;
 - d. Concepção, produção, edição e transmissão do conteúdo de um programa com características técnicas diferentes das previstas na proposta adjudicada;
 - e. Aplicação de sanções contratuais com natureza pecuniária cujo valor acumulado exceda o limite previsto na Lei dos Contratos Públicos;
 - f. Incumprimento pelo Fornecedor de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g. Falência ou Insolvência do Fornecedor.
2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adopção de novo procedimento de formação de contrato e da celebração de novo contrato ou da inutilização de prestações executadas ao abrigo do contrato objecto de resolução.

Cláusula 23.^a - Resolução por Parte do Fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Fornecedor pode resolver o Contrato quando:
 - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 2 meses ou o montante em dívida a título de multas exceda 20% (vinte por cento) do preço contratual;
 - b. O incumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Entidade Pública Contratante no Contrato, que coloque em causa a sua manutenção.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Pública Contratante, que produz efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção da declaração, salvo se a EPC cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o direito de rescisão apenas será possível quando a rescisão não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Prestador de Serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
4. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços.

Capítulo VI - Resolução de Litígios

Cláusula 24.^a - Resolução Extrajudicial

1. As Partes declaram que estão de boa-fé e que envidarão todos os esforços, bem como hão de utilizar todos os meios ao seu alcance, com vista a assegurar a prossecução dos objectivos previstos no Contrato, privilegiando sempre a solução de quaisquer divergências, dúvidas ou omissões, pelo recurso à resolução amigável e alternativa de conflito, previamente à via judicial.

2. Em caso de disputa ou litígio quanto a questões relativas à interpretação, aplicação ou integração do Contrato, ou com a sua validade e eficácia, ou de qualquer uma das suas Cláusulas, as Partes obrigam-se, em primeiro lugar, a tentar chegar a um acordo conciliatório, no prazo de trinta (30) dias corridos a contar da data da notificação, a efectuar por qualquer das Partes, para o início do processo de acordo conciliatório.
3. Caso o conflito não seja resolvido nos termos do número anterior, qualquer das Partes poderá submeter a questão à jurisdição dos tribunais competentes, nos termos da Cláusula seguinte.

Cláusula 25.^a - Foro Competente

1. Para todas as questões de conflitos emergentes do Contrato que não forem resolvidos nos termos disposto na cláusula anterior será competente a Câmara do Cível Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do Tribunal Provincial de Luanda.

Capítulo VII - Disposições Finais

Cláusula 26.^a - Cessão da Posição Contratual

1. O Prestador de serviços não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Pública Contratante, sob pena de rescisão do Contrato.
2. O Prestador de serviços não poderá, sem prévia autorização da Entidade Pública Contratante, subcontratar empresas para efectuar o trabalho a que está obrigado contratualmente.

Cláusula 27.^a - Subcontratação

Deve o Fornecedor, sempre que possível, subcontratar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, tendo em atenção a especificidade da prestação dos serviços, bem como o objecto comercial da subcontratada.

Cláusula 28.^a - Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação da caução, taxas e impostos são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 29.^a - Modificações

1. As modificações ao Contrato podem ser iniciadas, tanto pela Entidade Pública Contratante como pelo Fornecedor, em qualquer momento anterior à data de entrega dos serviços.
2. Caso a Entidade Pública Contratante ou o Fornecedor queiram fazer alguma modificação, terão de fazê-lo mediante acordo escrito, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 30.^a - Alteração de Circunstâncias

1. A publicação de novas leis ou regulamentos, bem como a aprovação de quaisquer medidas administrativas que violem os direitos, intensifiquem as obrigações ou diminuam as garantias legais ou contratuais das Partes e que possam causar prejuízos ou afectar o equilíbrio económico e financeiro do Contrato e/ou os pressupostos que conduziram à sua celebração, devem ser considerados, para efeitos do disposto no Código Civil, como alteração das circunstâncias que levaram as Partes a celebrar o Contrato.
2. Na eventualidade da ocorrência de alguma circunstância prevista no ponto anterior, as Partes devem, por via de acordo, rever o Contrato, a fim de restabelecer o seu equilíbrio com base na salvaguarda dos interesses de ambas.

Cláusula 31.^a - Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Pública Contratante e o Fornecedor devem ser efectuadas através de carta protocolada ou registada, bem como por correio electrónico com aviso de recepção.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de recepção.
3. Qualquer alteração das informações de contacto de cada Parte, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra Parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 32.^a - Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no Contrato contam-se em dias úteis, suspendendo-se aos sábados, domingos e dias feriados.

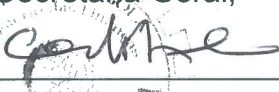
Cláusula 33.^a - Legislação Aplicável

O Contrato é regulado pelas cláusulas do mesmo, pelo presente Caderno de Encargos, pela Lei dos Contratos Públicos (Lei n.º 41/20 de 23 de Dezembro) e eventual legislação aplicável.

Cláusula 34.^a - Data de Entrada em Vigor

1. O Contrato entra em vigor quando forem cumpridos os seguintes pressupostos cumulativos:
 - a. Assinatura do Contrato pelas Partes;
 - b. Homologação do Contrato pela Ministra das Finanças;
2. A data do cumprimento da obrigação realizada em último lugar é a da entrada em vigor do Contrato, devendo as partes confirmar a data de entrada em vigor do Contrato por escrito.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, em Luanda, 13 de Março de 2024.

A Secretária Geral,


Maria Carlota de J. V. S. Amaral e Silva

Anexo I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Motor: 1.5L (105 HP)

Número de cilindros: 4

Número de válvulas: 4x4

Saída Máxima (P): 6000 rpm

Torque: 138 Nm

Caixa de Velocidades: A/T

Tipo de Combustível: Gasolina

Tanque de Combustível: 37 Litros

Número de portas: 5

Número de assentos: 5

Sistema de travagem: Sistema de Frenagem Anti - Bloqueio (ABS), Sistema Eletrônico de Frenagem (EBS)

Controle de tração: Estabilidade Eletrônica (ESP)

Airbags: motorista, passageiro, airbags laterais, airbags de cortina (6 airbags)

Dimensão dos pneus dianteiros: 185/65 R15; 195/55 R16

Dimensão dos pneus traseiros: 185/65 R15; 195/55 R16

Tipo de carroçaria: Hatchback

Comprimento: 3990 mm

Largura: 1745 mm

Altura: 1500 mm

Distância entre eixos: 2520 mm

Círculo de Viragem. 10.2 m

Volume da Bagageira: 314L

Peso (Vazio): 965 kg

Peso total da carga: 1430 kg

Capacidade de carga: 445 kg